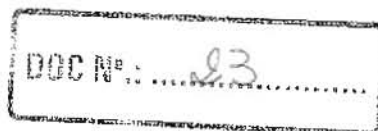


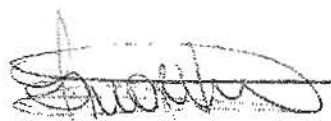
São Paulo, 26 de abril de 2006

**REF. Inquérito Policial nº 147/2005**

Excelentíssimo Senhor Delegado,

Atendendo à solicitação feita pelo Sr. Flores, Escrivão de Polícia-Chefe ao Sr. Demi Getschko, para que o Comitê Gestor da Internet no Brasil preste esclarecimentos acerca das "denúncias" formuladas nos autos do Inquérito Policial em apreço, encaminhamos a Vossa Senhoria as informações que seguem.

Atenciosamente

Francisco de Assis Alves
OAB/SP Nº 24.545
Kelli Priscila Angelini
OAB/SP Nº 193.817

*Ilustríssimo Senhor Doutor
Cláudio Ferreti
DD. Delegado de Polícia Assistente
Da Sétima Delegacia Participativa-Lapa*

*encaminhado
05 05 06*

196
J

**INFORMAÇÕES PRESTADAS EM ATENDIMENTO À SOLICITAÇÃO
DESTE INQUÉRITO POLICIAL Nº 147/2005**

Excelentíssimo Senhor Delegado

Em atenção à solicitação em epígrafe, temos a
informar o quanto segue.

A fls. 02 a 06 deste Inquérito Policial consta o
termo de depoimento prestado por Ronaldo Cardonetti ao MJ-Departamento de
Polícia Federal, onde encontram-se "denúncias" assacadas contra o Comitê
Gestor da Internet no Brasil e contra FAPESP-Fundação de Amparo à Pesquisa
do Estado de São Paulo.

Eis o que dizem as citadas alegações:

*"Compromissado na forma da Lei. Aos costumes disse nada. Inquirido pela
Autoridade, o depoente RESPONDE: Que o depoente é Comissário de Bordo da
empresa AmericanA ir Lines, exercendo tam'bem outro trabalho na área de
Internet, mais precisamente, prestando serviços no registro de domínios e
assessoria em hospedagem de domínio e implementação de redes de informática;
Que através de seu amigo JEAN STRUIVING, cujo endereço sito na travessa
Alcídio Rocco, nº 5, Bairro Afonso Pena, São José dos Pinhais, Estado do Parná,
CEP: 08305-160, cujo telefone seria 041-3283-5064 e 041-9903-1089, tomou
conhecimento de uma fraude milionária ocorrida da FAPESP-FUNDAÇÃO DE
AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO e CGI-COMITÊ GESTOR
DA INTERNET; Que esclarece que a FAPESP possui uma verba para o fomento
da INTERNET realizada através de doações efetuadas por taxas feitas por pessoas
físicas ou jurídica que compõe o seu caixa; Que tal verba iniciou-se no governo
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO no valor aproximado de R\$ 85.000.000,00
(oitenta e cinco milhões de reais) e que sabe ter havido desvio desses milhões
através de seu amigo JEAN STRUIVING; Que procurou a Polícia Federal tendo
em vista que no seu entedimento na Internet do Brasil possui âmbito nacional,
portanto, ser de interesse da União o combate da fraude por ele descoberta; Que no
início do governo LULA a pessoa de JOSÉ DIRCEU, que seria posteriormente
Ministro da Casa Civil, indicou para o cargo de Responsável Tecnológico pelo CGI
a pessoa de DEMI GETSCHKO, que teria a responsabilidade pelo gerenciamento
dos milhões supra citados pelo depoente; Que a pessoa de DEMI GETSCHKO
manipula até a presente data os registro de domínio, assim como suas
transferências; Que tais fraudes possibilitariam o encarecimento para uso dos
registrantes; Que esclarece que a cotna-corrente pertencente a FAPESP pertencia
ao Banco BANESPA e que o gestor DEMI a encerrou abrindo nova conta na
emsma instituição, porém, em nome de NIC.BR, braço do CGI; Que nessa*

[Assinatura]

107
8

transferência de numerário ocorreu a fraude dos milhões supra citados, segundo o depoente deixaram de entrar na nova conta o equivalente a R\$ 82.000.000,00 (oitenta e dois milhões de reais), o equivalente a 4 (quatro) anos de arrecadação recebida pela FAPESP; Que acredita o depoente que tais milhões tenham sido apropriados indevidamente pelas pessoas responsáveis pelo CGI; Que segundo o depoente o ex-ministro JOSÉ DIRCEU em conluio com outros políticos ligados ao PT e seus aliados, teriam indicado o Sr. Demi Getschko, a fim de que o mesmo desviasse os milhões de reais pertencentes a FAPESP para ser abastecido um 'caixa político'; Que tais informações lhe foram fornecidas por seu amigo JEAN STRUIVING através de denúncias anônimas provenientes da FAPESP; Que o depoente esclarece, inclusive, que a pessoa de DEMI além de dirigir o CGI- Comitê Gestor da Internet trabalhou para o provedor INTERNET GENERATION-IG, trabalha para o OESP-ORGANIZAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO, grupo este ao qual pertence o jornal o ESTADO DE SÃO PAULO, atuando como assessor tecnológico no Grupo supra citado, possuindo, inclusive, uma associação por acreditar haver interesse por parte de DEMI no repasse de informações 'privilegiadas' de interesse comercial para a aquisição de domínio registrados na FAPESP; Que possui documentação em mídia não há tendo em seu poder neste momento, porém, se compromete quando solicitado em fornecê-la; Que esclarece os documentos que encontram-se em mídia conteriam nomes, valores que demonstrariam a fraude praticada no órgão chamado FAPESP. No mais disse,..."

Diante disso, o Comitê Gestor da Internet no Brasil-CGI.br apresenta os esclarecimentos adiante expostos, visando refutar cabalmente todas as alegações feitas por Ronaldo Cardonetti.

I – DOS ESCLARECIMENTOS INICIAIS

1. Por primeiro, cumpre informar, que o CGI.br ao tomar conhecimento de inúmeras alegações difamatórias semelhantes àquelas formuladas por Ronaldo Cardonetti, de autoria do Sr. Jan Struiving veiculadas através de mensagens eletrônicas na Internet e, também, pelo site www.interjuris.com.br, promoveu em face a Jan Struiving, com fundamento no art. 144 do Código Penal, pedido de explicações - Processo nº 2005.70.000.28397-6, que tramitou pelo MM. Juízo de Direito da 3ª. Vara Criminal da Justiça Federal de Curitiba-PR, visando a que o mesmo confirme a autoria das difamações referenciadas.

2. Pelo mesmo motivo, o CGI.br notificou extrajudicialmente o Sr. Jan Struiving quanto às difamações o qual, todavia, não respondeu aos termos da notificação.

CA

Em decorrência disso, ao CGI.br não restou outra alternativa senão a de ajuizar ação penal privada (queixa-crime) em face de Jan Struiving, que tramita perante a 3ª Vara Criminal Federal de Curitiba/PR, com número de processo nº 2006.70.00.009663-9 (com cópia em anexo-doc. 01), visando a que o Sr. Jan Struiving seja punido pelas falsas e infundadas denúncias levianamente imputadas ao CGI.br, que visam, tão-somente, denegrir a honra e a credibilidade do CGI.br e da FAPESP, crime previsto no art. 139, do Código Penal.

3. Assim sendo, as presentes informações preparadas pelo CGI.br, haverão de ser aproveitadas, também, a favor da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.

II - DOS PRECEDENTES HISTÓRICOS DA INTERNET NO MUNDO

4. Os precedentes que, ao agora, seguem, são esclarecedores para o caso em questão. Das pesquisas feitas em sites de interesse do Comitê Gestor,¹ apuramos que a Internet teve origem em um sistema criado na década de 60, pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América, o Advanced Research Projects Agency Network ("ARPANet"), cujo objetivo era conectar diversos centros de pesquisa militar. Os métodos desenvolvidos pela ARPANet permitiam que diferentes computadores se intercomunicassem, transmitindo diferentes informações e documentos. Estes métodos incluíam um protocolo de funcionamento, denominado Transmission Control Protocol/Internet Protocol (TCP/IP).

Na década de 80, a National Science Foundation (NSF), entidade norte-americana de incentivo ao desenvolvimento científico, utilizando a tecnologia da ARPSnet, expandiu o funcionamento destes métodos de comunicação para a área acadêmica e científica, criando uma verdadeira rede de computadores entre universidades, agências governamentais e instituições de pesquisa. A NSF subsidiou e coordenou uma rede denominada NSFNet, embrião da Internet que existe hoje no mundo.

¹ Fonte de consulta principal: <http://www.cgi.br>.

10/11
8

A National Science Foundation – (NSF), em 1987, passou a ser responsável pelo registro na raiz do DNS (Domain Name Systems) dos TLDs (Top Level Domains) .int, .com, .org, .net, e .edu. Mais tarde, essa responsabilidade foi transferida para a Network Solutions, Inc., empresa que também havia sido criada dentro da NSF.

A partir de 1990, a Internet entrou em fase tão expansiva que logo ultrapassou o âmbito acadêmico, tomando-se popular a tal ponto que se espalhou pelo mundo. Àquela época, surgiu a World Wide Web (em português, literalmente, “teia (rede) mundial”), um acervo universal de páginas ou “sites” que fornecem aos seus visitantes informações de um gigantesco banco de dados multimídia, que pode ser acessado graças ao protocolo TCP/IP que é a linguagem universal de comunicação através da rede.

5. Esse fenômeno, cujo avanço se despontava sem limites de crescimento, fez surgir grande interesse do setor comercial pela Internet, e a quantidade de usuários aumentou muito, daí, resultando no avanço da utilização do DNS e da quantidade de nomes de domínios registrados, sobretudo nos Estados Unidos - para que os usuários se identificassem ao trafegar pela rede.

Assim, em outubro de 1998, criou-se uma organização neutra, patrocinada pela comunidade empresarial, denominada *Internet Corporation for Assigned Numbers (ICANN)*.²

O ICANN é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, organizada e existente sob as leis do Estado da Califórnia mais especificamente, a “Nonprofit Public Benefit Corporation Law”. É formada pela união entre as comunidades empresarial, técnica, e acadêmica, e de usuários da Internet.

O ICANN é reconhecido não apenas pelos Estados Unidos da América, mas também por Governos de todo o mundo como a entidade de consenso global que coordena a administração técnica do sistema de nomes de domínio na Internet, a distribuição de espaço para endereços IP, a

² Consultar: www.icann.org.

CA

indicação de parâmetros de regras a serem seguidos, a gerência do sistema do servidor-raiz, bem como a coordenação da atribuição de números IP.

A forte característica do ICANN está em que ele funciona como uma sociedade de natureza privada, internacional, transparente e baseada no consenso adquirido através da participação de representantes das diversas comunidades mundiais ligadas à Internet. Possui um conselho diretivo internacional composto de 15 membros, dentre os quais há representantes de todos os continentes. O ICANN é financiado pelos inúmeros "registries" (administradores das bases de domínio) e "registrars" (executivos do registro junto ao usuário final, espécie de despachantes) que compõem os sistemas globais de nomes de domínios e endereços na Internet.

Essa característica que envolve o *modus operandi* da Internet, não significa que os Governos não devam compartilhar desse processo. Tanto assim, que o ICANN criou o Comitê Consultivo Governamental (Governmental Advisory Committee - GAC) para canalizar tal participação. O principal papel do GAC é dar aconselhamento ao ICANN em assuntos relacionados à política pública, buscando incorporar a ela a diversidade de visões decorrentes de cada país ou região econômica. O GAC examina as atividades e políticas do ICANN dentro do contexto das preocupações dos Governos, conferindo especial atenção aos aspectos em que existem interação das políticas do ICANN e leis nacionais ou acordos internacionais.

7. No mundo inteiro, a Internet tem como característica principal a sua forma descentralizada de atuação e, por isso, permite que usuários de vários tipos de computadores e redes se comuniquem por meio de um protocolo comum.

Com essa mesma linha de atuação, a infra-estrutura de registros de nomes de domínio e atribuição de IP no mundo foi sendo criada de maneira bastante informal. No início, a organização não governamental denominada *Internet Assigned Numbers Authority* ("IANA"), grupo criado pelo cientista Jonathan Postel, popularmente conhecido como Jon Postel na universidade norte-americana em que trabalhava - USC - *University of Southern California*, era a responsável pela administração da atribuição de TLDs no mundo todo.